



O Pacto Educativo Global e a reflexão sobre os princípios para uma prática inclusiva

The Global Educational Pact and reflection on the principles for inclusive practice

Márcio Luiz Fernandes^[a] 

Curitiba, PR, Brasil

^[a] Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Claudio Roberto Fontana Bastos^[b] 

São Paulo, SP, Brasil

^[b] Colégio Claretiano de São Paulo

Ernesto Lázaro Sienna^[c] 

Curitiba, PR, Brasil

^[c] Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Como citar: FERNANDES, Márcio Luiz; BASTOS, Claudio Roberto Fontana; SIENNA, Ernesto Lázaro. O Pacto Educativo Global e a reflexão sobre os princípios para uma prática inclusiva. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 16, n. 02, p. 246-260, maio/ago. 2024. DOI: <http://doi.org/10.7213/2175-1838.16.002.DS04>.

^[a] Pós-doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, e-mail: marcio.luiz@pucpr.br

^[b] Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e-mail: claudio@claretiano.edu.br

^[c] Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e-mail: ernesto.sienna@pucpr.br

Resumo

É sobre um tríptico marco referencial – da Doutrina Social da Igreja, da ideia de aliança educativa do Papa Francisco e da reflexão antropológica de Edgar Morin sobre a via para o futuro da humanidade – que apresentamos uma reflexão para poder pensar a contribuição específica das instituições educativas no contexto da América Latina ao estilo profético e carismático. Em cada um destes marcos encontram-se princípios orientadores que podem iluminar e ampliar as práticas inclusivas presentes nas instituições educativas católicas e ajudar a fomentar o protagonismo dos atores sociais e educacionais. Em primeiro lugar, explicitaremos os princípios permanentes da doutrina social da Igreja na sua relação com os projetos educativos a saber, o princípio da dignidade da pessoa humana, do bem comum, da subsidiariedade e da solidariedade. Em segundo lugar, buscaremos destacar a proposta lançada pelo Papa Francisco para reconstruir o pacto educativo global, cuja finalidade é reavivar o compromisso por uma educação mais aberta e inclusiva. Ora, o que Francisco propõe está fundamentado metodologicamente na *Evangelii Gaudium* na série de princípios para construir um caminho para um mundo de paz, justiça e fraternidade. No fundo, tais princípios reforçam a ideia de uma aliança educativa capaz de superar as fragmentações e reconstruir o tecido das relações humanas mais fraternas. Por fim, a apresentação conclui-se com as provocações de Edgar Morin sobre a necessidade de uma concepção complexificada sobre o sistema educacional. Neste sentido, ele propõe uma reflexão antropológica na qual diversas vias reformadoras do pensamento e da ação devem permanecer inseparáveis e indissociáveis. No entanto, o êxito de um caminho inclusivo dependerá também de princípios a serem adotados comunitária e institucionalmente, a saber: os princípios da solidariedade e de responsabilidade, de pluralidade e de participação.

Palavras-chave: Pacto Educativo. Papa Francisco. Pensamento complexo.

Abstract

*It is based on a triple reference framework – the Social Doctrine of the Church, Pope Francis' idea of an educational alliance and Edgar Morin's anthropological reflection on the path to the future of humanity – that we present a reflection to be able to think about the specific contribution of educational institutions in the context of Latin America in a prophetic and charismatic style. In each of these milestones there are guiding principles that can illuminate and expand the inclusive practices present in Catholic educational institutions and help to encourage the protagonism of social and educational actors. Firstly, we will explain the permanent principles of the Church's social doctrine in its relationship with educational projects, namely, the principle of the dignity of the human person, the common good, subsidiarity and solidarity. Secondly, we will seek to highlight the proposal launched by Pope Francis to rebuild the global educational pact, whose purpose is to revive the commitment to a more open and inclusive education. Now, what Francis proposes is methodologically based on *Evangelii Gaudium* in the series of principles to build a path to a world of peace, justice and fraternity. Basically, such principles reinforce the idea of an educational alliance capable of overcoming fragmentations and rebuilding the fabric of more fraternal human relationships. Finally, the presentation concludes with Edgar Morin's provocations about the need*

for a complex conception of the educational system. In this sense, he proposes an anthropological reflection in which various reforming paths of thought and action must remain inseparable. However, the success of an inclusive path will also depend on principles to be adopted communityally and institutionally, namely: the principles of solidarity and responsibility, plurality and participation.

Keywords: Educational Pact. Pope Francis. Complex thinking.

Introdução

*“o que faz andar a estrada é o sonho; enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva.
É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro”*

Mia Couto, Terra sonâmbula

Na Encíclica *Fratelli Tutti* o Papa Francisco apresenta-nos um paradigma fundamental para a educação e para a convivência humana. Trata-se da atitude receptiva e acolhedora descrita na Encíclica como “a capacidade de sentar-se para escutar o outro e dar-lhe lugar no próprio círculo” (FT, n. 48). Diante disso nos perguntamos: de que forma o contato vivo com aqueles que vivem nos contextos educativos de nossos colégios, universidades e instituições católicas podem continuar a acalantar nossas utopias e sonhos? Por isso, as reflexões em torno do Pacto Educativo Global, proposto pelo Papa Francisco, oferecem-nos a oportunidade para uma ação mais efetiva e, por outro lado, nos faz sonhar com uma estrada em ‘parentela com o futuro’, para usar as palavras de Mia Couto, e que, no entanto, é construída a cada dia do presente e antecipada por meio de contínuos projetos que na educação católica pretendem ser espaços inclusivos.

Como é possível acreditar que ‘o que faz andar a estrada seja o sonho’ quando percebe-se que as utopias do futuro entraram também em crise? Constata-se que a realidade social e a violência de nossas cidades, com a crise migratória, as guerras com milhões de excluídos e tantos outros componentes culturais políticos e econômicos corroboram para uma agitação social em que até mesmo as melhores propostas/projetos podem ser descartados. Fala-se em “crise de futuro” e de “sociedade de risco” (Beck, 2006). Por isso, a necessidade de educar para os momentos de incertezas, como defende o professor Daniel Favre (2017) em perfeita convergência com o que o filósofo francês Edgar Morin (2003) chamou de “saberes para enfrentar as incertezas”. A posição lúcida destes pensadores e também aquela representada pelo Pacto Educativo nos oferecem caminhos e provocam para sonhar novas estratégias.

No contexto de sinodalidade e de reformas eclesiais promovidas pelo Papa Francisco e diante da conjuntura tensa nas esferas política, social, econômica e climática das nações, é necessário rever com esperança os próprios vínculos sociais e fortalecê-los por meio da proposta educativa. Papa Francisco tem destacado, em várias oportunidades, que a educação é o meio privilegiado de humanizar a sociedade: “Pensamos que a educação seja um dos caminhos mais eficazes para humanizar o mundo e a história. A educação é sobretudo uma questão de amor e responsabilidade que se transmite, ao longo do tempo, de geração em geração”(Francisco, 2020). Na Igreja, no entanto, a missão da comunidade é guiada pelo grande protagonista da história que é o Espírito (Garcia Paredes, 2018). Trata-se de uma comunidade que não só conta com seu esforço para construir o futuro, mas vive o *adventus* e, portanto, espera também aquilo que a graça de Deus oferece como algo até imprevisto para se realizar. É o que a história dos carismas educacionais das Ordens e Congregações nos revelam quando lidos na perspectiva do Espírito que guia e conduz.

A presente reflexão parte de um tríplice marco referencial. Os três marcos de reflexão serão: a Doutrina Social da Igreja (DSI) – conforme indica Papa Francisco, a DSI é um ponto sólido de referência que deve ser utilizado neste processo (Francisco, 2020); a ideia de aliança educativa expressa pelo Papa Francisco; e, por fim, a abordagem antropológica de Edgar Morin sobre as vias para o futuro da humanidade. Como já assinalado, é preciso frisar que em cada um destes tópicos nosso intento será de apresentar os princípios orientadores para iluminar e provocar discussões sobre as práticas inclusivas presentes em nossas instituições e ajudar a fomentar o protagonismo ainda maior no campo social e educacional.

Horizontes a partir da Doutrina Social da Igreja

No cerne da proposta do Pacto Educativo Global está o reconhecimento de que a educação é um direito fundamental¹ e um motor essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico. Mais do que um mero veículo de transmissão de conhecimento, a educação é a chave para capacitar indivíduos a enfrentarem os desafios do mundo contemporâneo, estimulando o pensamento crítico, a criatividade, a tolerância e a compreensão intercultural (Francisco, 2023). Isso implica em investimentos significativos em infraestrutura escolar, formação de professores, materiais didáticos, currículos inclusivos e tecnologia educacional acessível, bem como na implementação de políticas que eliminem as disparidades existentes no acesso à educação. Tais investimentos devem “garantir a todos o acesso a uma educação de qualidade, a altura da dignidade da pessoa humana e da sua vocação à fraternidade” (Francisco, 2020). Para além do direito à educação de qualidade em todos os níveis, independente de sua origem étnica, social, econômica ou geográfica, a proposta do Pacto Educativo Global reconhece a necessidade de uma abordagem holística e interdisciplinar da educação, que vá além do mero acúmulo de conhecimentos acadêmicos e englobe também aspectos como educação para a cidadania, educação ambiental, educação para a paz e educação para o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, o Pacto Educativo Global surge como uma resposta urgente às crescentes necessidades e desafios enfrentados pelo sistema educacional em todo o mundo. Em um cenário marcado por desigualdades persistentes, falta de acesso à educação de qualidade e crises socioeconômicas, este pacto representa uma oportunidade única para redefinir e fortalecer os fundamentos da educação para as gerações atuais e futuras. Neste sentido, apresentamos uma leitura interpretativa das propostas do Pacto Educativo a partir dos princípios do patrimônio da Doutrina Social da Igreja, que tem plena consonância com a sensibilidade teológica, social e reformista do Papa Francisco.

O primeiro princípio que será necessário explicitar parece-nos ser o eixo fundamental em torno do qual poderá ser desenvolvida a missão educativa em qualquer plano que desejamos que esta manifeste. Trata-se do princípio da Dignidade da Pessoa Humana (CDSI, n. 160). Tal princípio é o fundamento de toda a Doutrina Social da Igreja e, portanto, o seu núcleo fulcral. A dignidade inalienável da pessoa humana exige que todas as estruturas sociais sejam ordenadas em função do ser humano (*Gaudium et Spes*, n. 12), pois “uma sociedade justa só pode ser realizada no respeito pela dignidade transcendente da pessoa humana” (CDSI, n. 132).

Por outra parte e ampliando esta concepção da dignidade, o Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si*, sobre o cuidado da casa comum, estabelece uma íntima conexão entre a dignidade do ambiente humano e do ambiente natural em que a pessoa habita no planeta. Notamos que, do ponto de vista do comportamento social, temos vivido tempos de degradação humana e social, que geram exclusões (*Laudato Si*, n. 48). E este é difuso exatamente porque se desumaniza o outro e a natureza, tornando-os estranhos e ameaçadores.

Adotar qualquer um dos outros princípios que derivam deste como o Bem Comum, a Solidariedade e a Subsidiariedade significa percorrer caminhos de pensamento e ação que conduzirão à edificação de “uma vida social boa, autenticamente renovada” (CDSI, n. 162).

A Igreja, sobre essas temáticas, tem um olhar diferente do que o capitalismo dominante “que está se tornando a única ideologia de referência em todo o mundo” e “parte de um pressuposto antropológico”,

¹ No artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) tal direito à educação aparece como exigência e peça fundamental para a construção da pessoa humana e a sua cidadania. Trata-se de um direito tutelado nas respectivas constituições dos Estados, como é o caso do Brasil, que permite a convivência, a fraternidade, harmonia e favorece a paz entre os povos.

que põe no centro “a pessoa e, em particular, os últimos, recordando que hoje há um grande problema de desigualdade e de novas pobreza que o capitalismo, sozinho, não consegue resolver, e que a Igreja, por sua vez, traz muito no coração. Lembrar isso de modo solene e com estudiosos de todo o mundo e especialistas em vários níveis já é um valor em si mesmo” (Bruni, 2017).

No entanto, seria preciso exercitar uma espécie de exame de consciência institucional na qual nos perguntássemos com que facilidade nos esquecemos de projetar nossas ações sem verificar constantemente se nossos projetos educativos estão em consonância com os princípios proféticos manifestos na Doutrina Social – e que particularmente na América Latina – protagonizaram opções historicamente audazes e comprometidos com os povos das diversas nações sul americanas. A educação é lugar privilegiado para a realização e aplicação do princípio da dignidade da pessoa.

O segundo princípio é aquele do bem comum, cuja definição aparece assim no Compêndio da Doutrina Social: “por bem comum se entende: o conjunto de condições da vida social que permitem, tanto aos grupos, como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição” (CDSI, n. 164). O interesse pelo bem uns dos outros é responsabilidade e tarefa de todos (*Mater et Magistra*, n. 171) e está baseada na premissa de que o ser humano é dependente um do outro e sua realização está intrinsecamente ligada à relação estabelecida com a alteridade. O bem comum está relacionado à partilha e à solidariedade com relação aos bens e à prática da justiça. Este princípio tem estreita relação com a proposta do Pacto Educativo Global, que tem como eixo fundamental a promoção da inclusão e da diversidade, resultando na igualdade de oportunidades e na redução das desigualdades educacionais, combatendo ativamente todas as formas de discriminação e marginalização no ambiente escolar. Isso inclui medidas para garantir a participação plena e igualitária de grupos historicamente marginalizados, como meninas, minorias étnicas, refugiados, pessoas com deficiência e crianças em situação de vulnerabilidade, criando assim um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e acolhedor para todos.

Já o terceiro princípio tem em vista a destinação universal dos bens no qual se entrevê a crítica às desigualdades produzidas pelo mercado e ao desastroso divórcio entre a ética e a economia:

“O princípio da destinação universal dos bens convida a cultivar uma visão da economia inspirada em valores morais que permitam nunca perder de vista nem a origem, nem a finalidade de tais bens, de modo a realizar um mundo equitativo e solidário, em que a formação da riqueza possa assumir uma função positiva” (CDSI, n. 174).

Neste sentido, o número 182 do Compêndio da Doutrina Social, por exemplo, é ainda mais radical. Nele se recorda as opções que orientaram as Conferências Latino-Americanas como de Medellín e Puebla, que faz opção preferencial de cuidar dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade:

O princípio da destinação universal dos bens requer que se cuide com particular solicitude dos pobres, daqueles que se acham em posição de marginalidade e, em todo caso, das pessoas cujas condições de vida lhes impedem um crescimento adequado. A esse propósito deve ser reafirmada, em toda a sua força, a opção preferencial pelos pobres. Trata-se de uma opção, ou de uma forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja (CDSI, n. 182).

Afirma-se, portanto, o primado da caridade que foi e deve continuar ser testemunhada pela Igreja. A caridade cristã é um exercício que exige uma mudança de mentalidade pessoal, comunitária e institucional. No campo do magistério eclesial, a partir do pontificado de Leão XIII, a Igreja demonstrou capacidade de tocar em questões sociais e econômicas a partir do Evangelho, basta lembrar a encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI, a *Sollicitudo Rei Socialis* e a *Centesimus Annus* de João Paulo II e as

Encíclicas de Bento XVI como *Deus Caristas Est* e *Caritas in Veritate*, que aprofundaram as relações entre riqueza e pobreza, injustiças e distribuição de bens e o primado do exercício do amor.

O quarto princípio é o da subsidiariedade como uma função própria do Estado, mas que pode ser exercido em outras instâncias das relações sociais, permitindo construir na sociedade teias que cooperam de forma efetiva – econômica e financeiramente – com as entidades sociais menores que se ocupam com o bem-estar e com a tutela de proteção contra os abusos dos grandes sobre os pequenos no conjunto da sociedade e do Estado. Eis o que encontramos no número 185 do CDSI:

É impossível promover a dignidade da pessoa sem que se cuide da família, dos grupos, das associações, das realidades territoriais locais, em outras palavras, daquelas expressões agregativas de tipo econômico, social, cultural, desportivo, recreativo, profissional, político, às quais as pessoas dão vida espontaneamente e que lhes tornam possível um efetivo crescimento social. É este o âmbito da sociedade civil, entendida como o conjunto das relações entre indivíduos e entre sociedades intermédias, que se realizam de forma originária e graças à a subjetividade criativa do cidadão. A rede destas relações inerva o tecido social e constitui a base de uma verdadeira comunidade de pessoas, tornando possível o reconhecimento de formas mais elevadas de sociabilidade (CDSI, n. 185).

Este tópico do CDSI apresenta uma ideia similar àquela da criação de uma aldeia educativa proposta por Francisco, que consiste na formação de rede de relações no tecido da sociedade. Boff diz que “o nosso ser-no-mundo se realiza pelo cuidado” (1999, p.95) efetivado pela convivência e criação de laços. Isso quer dizer que, para viver como membro de um povo, é preciso aprender a conviver e “envolver-se no desenvolvimento de determinadas funções em benefício de todos” (Stein, 2000, p. 205). A partir do princípio da subsidiariedade se desenvolve a responsabilidade de cada pessoa e dos grupos organizados socialmente para favorecer a participação. Trata-se de algo

que se exprime, essencialmente, em uma série de atividades mediante as quais o cidadão, como indivíduo ou associado com outros, diretamente ou por meio de representantes, contribui para a vida cultural, econômica, política e social da comunidade civil a que pertence: a participação é um dever a ser conscientemente exercitado por todos, de modo responsável e em vista do bem comum (CDSI, n. 189).

O que se nota aqui, neste princípio, são as relações entre formação/educação da pessoa consciente. As escolas, as faculdades, as universidades e as obras sociais da Igreja, na perspectiva do pacto educativo, assumem um papel fundamental de mediação cultural e social a fim de colaborar para superar as barreiras se impõem para uma participação plena e consciente dos cidadãos e cidadãs.

Por fim, o quinto princípio é aquele que melhor responde aos anseios de reforma da Igreja em tempos do Papa Francisco. Trata-se da solidariedade. Ela se constitui em uma verdadeira virtude para o cristão e como tal, no pacto, é uma virtude que ensina a colocar em prática a compreensão mútua entre os seres humanos:

O princípio da solidariedade implica que os homens do nosso tempo cultivem uma maior consciência do débito que têm para com a sociedade na qual estão inseridos: são devedores daquelas condições que tornam possível a existência humana, bem como do patrimônio, indivisível e indispensável, constituído da cultura, do conhecimento científico e tecnológico, dos bens materiais e imateriais, de tudo aquilo que a história da humanidade produziu (CDSI, n. 195).

Este sentido de dívida no contexto latino-americano assume um significado ainda mais importante porque será o modo de operar um processo contínuo de descolonização (Tamayo, 2017), de

realizar a revolução copernicana no pensamento e na ação em sentido descolonizador, justamente por sentirmos as dívidas para com os diferentes grupos que foram dominados, escravizados e excluídos dos bens da sociedade.

A provocação de Francisco: reconstrução do Pacto Educativo Global

Em 12 de setembro de 2019, o Papa Francisco fez um convite para um Congresso em Roma, no qual manifestou a necessidade de se firmar um compromisso com uma educação mais aberta e inclusiva: “Nunca, como agora, houve necessidade de unir esforços numa ampla aliança educativa para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna” (Francisco, 2019). Nesta direção, o bispo de Roma sublinhava a urgência, segundo sua visão, de um novo olhar baseado em três núcleos fundamentais: escuta paciente; diálogo construtivo; e mútua compreensão (Francisco, 2021). Tudo isso para que se possa criar uma “aldeia da educação”. Em sua mensagem, o Papa traça um itinerário de três passos para atingirmos os objetivos de uma aldeia global: 1. Ter a coragem de colocar a pessoa no centro; 2. Ter a coragem de investir as melhores energias; e 3. Ter a coragem de formar pessoas disponíveis para se colocarem a serviço da comunidade.

Queremos destacar aqui o terceiro tópico, que é aquele referente à preocupação em formar pessoas disponíveis para se colocarem a serviço da comunidade. O serviço é um pilar da cultura do encontro: significa curvar-se aos necessitados e estender a mão a eles, sem cálculos, sem medo, com ternura e compreensão, como Jesus se inclinou para lavar os pés dos apóstolos. Servir significa trabalhar ao lado dos mais necessitados, estabelecer com eles, antes de tudo, relações humanas, de proximidade, laços de solidariedade. No serviço experimentamos que há mais alegria em dar do que em receber (cf. At 20,35). Nesta perspectiva, todas as instituições devem interpelar-se sobre a finalidade e os métodos com que desenvolvem sua própria missão educativa (cf. Francisco, 2019).

Desenvolver esta coragem é um grande desafio. A poeta brasileira Adélia Prado, no seu livro “Manuscritos de Felipa”, diz:

Pede a Deus aquela saúde de volta, a coragem de atravessar o pontilhão sem vertigem. Quero o Deus que alegrou minha juventude, quero minha juventude, esta é a verdade, à falta dela tenho construído meu bezerro de ouro (1999, p. 143).

A poeta recorda da experiência de uma espiritualidade que implora a virtude da coragem e da valentia, que renova o espírito juvenil e deseja o Infinito. O modelo para formar pessoas a serviço da comunidade está em Jesus, o Verbo Encarnado que se esvaziou a si mesmo.

Ora, o que Francisco propõe está fundamentado metodologicamente na *Evangelii Gaudium*, em particular a última parte (n. 217-237), na qual o Papa desenvolve a discussão sobre os binômios tempo/espço, unidade/conflito, realidade/ideia, todo/parte e que constituiu a apresentação de um método original para avançar na construção da fraternidade e justiça. Segundo afirma o próprio Papa tratam-se de “critérios derivados da Doutrina Social da Igreja e visam discernir e encaminhar a posturas do povo de Deus perante as tensões bipolares próprias de toda a realidade social” (Passos, 2018, p. 56). São princípios que ajudam a gerar os caminhos para a paz e a convivência na aldeia global. Segundo Passos (2018), Francisco tem utilizado esses princípios/critérios de modo explícito e implícito no conjunto de seus ensinamentos. Reflitamos, brevemente, sobre cada um deles recolhendo as correspondentes interrogações:

a) **A superioridade do tempo sobre o espaço.** Tal princípio pressupõe a abertura para trabalhar em equipe a longo prazo e dar espaço para os tempos dos processos e não tanto para os espaços de poder. Seria necessário aqui pensar em quantos esforços temos realizado no sentido de criar

uma cultura que unifique os processos e facilite a agilidade das ações, bem como a sua sustentabilidade financeira. Nossos colégios, faculdades e universidades estão mais interligados e compartilham os trabalhos realizados em equipe a longo prazo? Como lidar com crianças, adolescentes e jovens que incorporam cada vez mais intensamente o espírito deste tempo que não está mais aberta a projetos curtos, com respostas rápidas ao que pode acontecer?

b) **A prevalência da unidade sobre o conflito.** Trata-se aqui de pensar como administrar os conflitos sem precisar se esquivar deles. Como seria possível conduzir a superação de conflitos e harmonizar as diversidades? Talvez aqui seja útil pensar no conceito de liminaridade. No Império Romano, encontramos a ideia de que os limites eram marcados por um pórtico, uma pedra, um objeto que definia os limítrofes. Essa ideia do espaço intermediário serve como metáfora para dizer o que se vive no contexto das instituições educativas e o papel ocupado pelos educadores nas fronteiras da promoção da cultura da paz e convivência. Os educadores são chamados a ser pessoas liminares. A aldeia educativa é um espaço tenso/conflitivo, de trocas políticas e de poder, mas também representa um espaço de mediação e de ligação, onde será possível encontrar a unidade.

Na fronteira não é apenas um lugar onde o ser humano se coloca. A fronteira é aquele escândalo e sinal de contradição, onde duas cercas são articuladas e divididas. O homem pode acessar a condição de fronteira se for capaz de apoiar e sustentar a abertura do limite e plotar o diálogo e a conversa com ele. Então, e somente então, pode ser instituído como um habitante da fronteira. Esse acesso é o sinal óbvio de sua libertação e liberdade. O acesso à verdade do limite permite que o sujeito seja livre. (Trias, 1991, p. 525).

c) **A prioridade da realidade sobre a ideia.** Papa Francisco na *Evangelii Gaudium* diz que é perigoso viver somente no reino das ideias, muitas vezes fugazes, por isso ideias e realidade devem andar juntas. É preciso evitar as formas de mascarar ou ocultar a realidade: “os purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os nominalismos declaracionistas, os projectos mais formais que reais, os fundamentalismos antihistóricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria” (EG, n. 231). A ideia precisa ser realizada senão é abstrata, como a Encarnação de Jesus, no princípio era o verbo, e a Palavra se encarnou (cf EG, n. 233). Com isso, se evita as tendências de idealismos, fundamentalismos, espiritualismos e intelectualismos que são reduções dos valores e impendem o avanço (Passos, 2018, p. 57).

d) **A superioridade do todo sobre a parte.** Trata-se de perceber a relação existente entre o global e o local para reconhecer o bem maior que possa evitar os fechamentos e particularismos, polarizações e extremismos. Os valores que tal princípio carrega, segundo nos mostra Passos (2018, p. 58), são: “o acolhimento do diverso; o enraizamento a partir do pequeno; a perspectiva ampla e o bem comum”.

Francisco fala do humanismo que as instituições educativas católicas são chamadas a construir.

Em que se

“promueve una visión de la sociedad centrada en la persona humana y en sus derechos inalienables. Esta perspectiva humanista hoy no puede dejar de incluir la educación ecológica, que promueve una alianza entre la humanidad y el medio ambiente, en los diferentes niveles de equilibrio ecológico: el interno con uno mismo, el solidario con los demás, el natural con todos los seres vivos, el espiritual con Dios ... la reflexión teológica del papa Francisco está muy en sintonía con la teología de la liberación y se articula en torno a la opción por los pobres” (Tamayo, 2017, p. 176).

Uma perspectiva que tem ecos na direção de nossas opções por favorecer que estejam presentes em nossos colégios e projetos sociais o rosto dos desfavorecidos e onde concretamente se pode vislumbrar se realizamos ou não o que foi a herança de Medellín, Puebla, Aparecida e das teologias do sul que elabora uma reflexão teológica libertadora e do povo.

O que Francisco propõe com essa perspectiva humanista é ser um contraponto ao sistema neoliberal em que a ética, a solidariedade mundial, a distribuição de bens, a preservação das fontes de trabalho e a dignidade dos fracos estão presentes. O Papa Francisco enumera os desafios para uma educação solidária que envolve a criação de uma nova mentalidade. Mas ele também fala dos principais riscos atuais exigidos pelo uso dos princípios de análise e prática presentes na Doutrina Social da Igreja.

Ao contrário do que propõe Francisco, o que percebemos muitas vezes em nossas relações sociais é a desconstrução do humanismo, uma espécie de “desumanização”, em que o individualismo e o consumismo se alastram gerando uma competição que degrada a cooperação, ofusca os valores comuns e mina as regras mais básicas de convivência; a ditadura dos resultados que considera a pessoa como um objeto “de laboratório” e não tem interesse em seu crescimento integral; o obstáculo da chamada “rapidificação”, que aprisiona a existência no turbilhão da velocidade, mudando constantemente os pontos de referência.

No fundo, tais desafios, iluminados pelos princípios aqui desenvolvidos, reforçam a ideia de uma aliança educativa capaz de superar as fragmentações e reconstruir o tecido das relações humanas para que sejam mais fraternas e solidárias.

As considerações antropológicas de Edgar Morin

As concepções teóricas de Morin sobre a educação (2003), a cooperação entre os povos (2001) e a realização da “ciência com consciência” constituem tópicos fundamentais de convergência com as ideias propostas pelo Papa Francisco no Pacto Educativo, com vistas a promover uma missão carismática e profética das instituições educativas católicas. Aliás, pode-se dizer que a visão antropológica de Morin constitui uma das principais fontes inspiradoras para entender o significado da proposição do Papa Francisco.

Para Morin (2006 b), o ser humano visto no entrelaçamento biológico, sociológico, psíquico, espiritual, afetivo e cognitivo constitui o fundamento para a realização das reformas no pensamento e nas práticas. Neste sentido, ele propõe uma reflexão antropológica, na qual diversas vias reformadoras do pensamento e da ação devem permanecer inseparáveis e indissociáveis. No entanto, o êxito de um caminho inclusivo dependerá também de princípios a serem adotados comunitária e institucionalmente, a saber: os princípios da solidariedade e da responsabilidade, da pluralidade e da participação.

O caminho reflexivo percorrido até o momento nos conduz à percepção de que, embora sejamos seres individuais, não vivemos sozinhos e isoladamente no planeta Terra, nossa casa comum. Conforme aponta Edith Stein:

[...] um indivíduo humano isolado é uma abstração, a sua existência é existência em um mundo, a sua vida é vida em comunidade. E estas não são relações exteriores que se acrescentam a um ser existente em si, mas a inserção em uma totalidade mais ampla (Stein, 2000, p. 187).

A todo momento, formamos e somos formados pelos encontros como os nossos pares, pelos diversos ambientes em que vivemos e atuamos, pelas ações que realizamos e que realizam em nosso favor. Edgar Morin mostra a necessidade de uma concepção complexificada sobre o sistema educacional. Utilizando da linguagem metafórica, podemos dizer que somos como fios de um grande tecido que em movimentos de ação, retroação e de interação, a partir das diferenças, semelhanças e particularidades, fazem parte de um todo sem anular a individualidade de cada ser. Fazemos parte de um conjunto complexo, somos parte de um todo e, de igual maneira, carregamos em nossa parte as características do todo.

Pensar o ser humano desde a égide da complexidade é perceber que somos pertencentes a uma única raça – a humana – e vivemos em uma única casa – o planeta Terra, nossa casa comum – e, por isso, as ações e perspectivas educacionais devem estar voltadas para a afirmação dessa comum identidade humana e planetária. Segundo Morin:

A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana (Morin, 2003, p. 55).

Esta perspectiva foi desenvolvida, em nosso contexto, por Leonardo Boff delineando a necessidade de um “modo-de-ser-cuidado”, concretizado em diferentes instâncias como: cuidado com o nosso planeta; cuidado com o nicho ecológico; cuidado com uma sociedade sustentável; cuidado com o outro; cuidado com os pobres, oprimidos e excluídos; cuidado com nosso corpo na saúde e na doença; cuidado com a nossa alma; cuidado com o nosso espírito (Boff, 1999, p. 133-150). Ao assumir e aceitar a complexidade da vida, das relações sociais, biológicas e, sobretudo, dos saberes que são construídos em nossas instituições e fora delas, compreende-se a insuficiência das respostas simplórias e a necessidade de reflexões e problemáticas complexas. O problema do ensino, diz Morin (2006a, p. 16), está – de um lado – na compartimentação dos saberes em que nas escolas primárias se ensina a isolar os objetos, a separar as disciplinas e a reduzir o complexo ao simples. Perde-se a capacidade de articular os problemas e a estabelecer as relações com os múltiplos contextos. A mente humana necessita, por outro lado, deste exercício constante de contextualizar os saberes e integrá-los em seu conjunto. Nas palavras de Morin, é necessário compreender a complexidade que, por sua vez, revela a tarefa do educador como aquela de ajudar a desenvolver a habilidade de articular os conhecimentos dentro de um conjunto:

A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomenal (Morin, 2006a, p. 17).

A reflexão Moriniana sobre a constituição da pessoa humana questiona o modo como temos estruturado a nossa forma de pensar e promover a construção do conhecimento com e para os seres humanos.

O ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. É preciso restaurá-la, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos (Morin, 2003, p. 15).

Compreendendo o que é o ser humano desde a perspectiva da complexidade, ampliamos a reflexão em busca de compreender a missão basilar da educação e, em particular, da educação promovida nos centros de educação católica, em vista de contribuir para a superação da fragmentação do ser humano, dos saberes e, conseqüentemente, da sua forma de perceber, ser e interagir no mundo. Diante disso, reconhecemos que:

É necessário desenvolver a aptidão natural do espírito humano para situar todas essas informações em um contexto e um conjunto. É preciso ensinar os métodos que permitam estabelecer as relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo em um mundo complexo (Morin, 2003, p. 14).

Comprometer-se com a promoção de uma educação que esteja pautada nesses valores é reconhecer no ser humano a sua capacidade de ir além da realidade na qual vive, alargando os horizontes. Nessa perspectiva, o desenvolvimento de um saber que busque reformar o pensamento do ser humano será capaz de reacender o encantamento pelo mundo e por toda a forma de vida que compõe o planeta Terra, casa comum de todos os seres.

O chamado de atenção de Morin, no seu livro sobre os *Sete Saberes para a Educação no futuro* (2003), é de que antes do empenho na formação de cidadãos críticos e conscientes de sua pertença planetária, será preciso construir, fomentar e proporcionar meios pelos quais, através da educação, se possa alcançar tal meta. É um itinerário no qual se toma consciência de que é necessário aprender a convivência, a saber colocar em prática a compreensão recíproca. Segundo Morin, trilhar esse caminho educacional comporta rejeitar a adoção de métodos que isolam o ser humano do meio no qual ele vive e do qual ele é parte constituinte, e comporta, outrossim, executar dinâmicas interdisciplinares e ações pautadas em valores de integração e solidariedade humana:

Transformar a espécie humana em verdadeira humanidade torna-se o objetivo fundamental e global de toda educação que aspira não apenas ao progresso, mas à sobrevivência da humanidade. A consciência de nossa humanidade nesta era planetária deveria conduzir-nos à solidariedade e à comiserção recíproca, de indivíduo para indivíduo, de todos para todos. A educação do futuro deverá ensinar a ética da compreensão planetária (Morin, 2003, p. 78).

Dada a dimensão da transformação do modo de conceber a educação, Morin aponta a necessidade de reformar o próprio pensamento, contudo, essa reforma não se dará de forma isolada, pontual. É preciso trabalhá-la desde aquilo que, internalizado no ser humano como concepção de vida e de mundo, se externaliza em ações em prol do bem comum. É necessário olhar as multirrealidades que não podem ser contempladas em propostas de ensino simplistas e unitárias. Se desejamos levar a cabo essa transformação, faz-se necessário plantá-la no ser humano para que, desde dentro, ocorra a transformação almejada.

Segundo Morin, em vista de responder complexamente a essas realidades, as práticas organizativas e educacionais necessitam de “algo a mais”, pois formuladas, repetidas e transmitidas como estão, já não respondem às necessidades do tempo presente. Mas o que é esse “algo a mais”? Acaso se trata de um novo método? Uma nova teoria? Um sonho? Uma utopia? Uma possibilidade? Para a formação integral do ser humano – segundo Morin – os educadores e as instituições precisam romper com as gaiolas epistemológicas que aprisionam às certezas eternas, fechadas e imutáveis, e abrir-nos às possibilidades e desafios de viver, educar e aprender em um mundo complexo, exigente e desafiador.

Morin (2006a, p.94) sublinha que somos a parte de um todo e que, de igual maneira, somos formados por partes que se comunicam, interagem e retroagem em uma ação dialógica de unidade e multiplicidade. Por isso, a proposta de abrir as janelas dos compartimentos isolados que guardam as nossas crenças e metodologias educacionais. Toca-nos pensar e promover uma educação além da lógica formal aristotélica com os seus exatos princípios de que “entre duas possibilidades contraditórias não há possibilidade de uma terceira, deixando-a assim, excluída” como afirma (Tenório, 1993).

Amparados neste tipo de lógica, as pessoas aprenderam a pensar de forma excludente e binária e o campo do conhecimento limitou-se a essa dualidade. Com isso, eliminamos os erros e com eles a possibilidade de criarmos e descobriremos coisas novas. Assim, formamos o nosso pensamento de maneira simplória e reducionista. Contudo, existem possibilidades de caminhar pelas margens do

conhecimento, de sairmos dos centros epistemológicos e dialogarmos com outras áreas que nos rodeiam e compõem. Segundo Morin (2003a, p.59), “Conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza”. Somos conscientes dos desafios a vencer e dos abismos a unir.

Desafios, erros, possibilidades, impossibilidades, incertezas e perguntas com e sem respostas. Todas essas coisas fazem parte do complexo mundo da nossa existência.

Considerações finais

A concepção do trabalho em rede que nas últimas décadas foi planejado e executado pelas instituições confessionais de ensino, representou um importante marco para maior inserção e compromisso educativo. Muitas vezes, o costume de falar e agir apenas no meio confessional, sem a ousadia de aprender com os outros e diferentes, tornou-se obstáculo para a renovação e dinamismo educativo. A identidade religiosa se faz tão presente e marcante que pode, com facilidade, induzir-nos ao equívoco de sermos voz ativa apenas em nosso nicho, fazendo-se presente tão somente em nosso segmento de atuação. Não, o que hoje se pede é a superação do individualismo que, segundo o Papa Francisco, significa a saída da clausura imanentista da própria razão e sentimentos (EG, 94).

Não por acaso, um dos pontos principais do papado de Francisco reside na concepção de uma Igreja que esteja “em saída”, ou seja, que desbrave territórios e searas outrora desconhecidas ou inacessíveis. Conforme nos diz Passos, o Papa Francisco, em seu magistério, “...lançou os germes, as bases e os métodos para uma renovação do pensamento e da prática, ainda que não tenham sido traduzidos como costume [...] na vida eclesial” (Passos, 2023, p. 44). Parece-nos que este é o principal chamado de desafio que temos como meta para que consigamos nos manter ativos e com relevância no mundo de hoje: sermos redes confessionais que, atentos aos princípios cristãos que nos definem, atuemos a partir de um ensino que saiba dialogar com as atuais tendências e enfoques modernos. A sociedade contemporânea, marcada pela Tecnologia da Informação, por um cenário pós-pandêmico e, portanto, em uma sociedade do cansaço e individualista (Byung-Chul, 2017) encontra, na proposta do Pacto Educativo de Francisco, uma potencialidade transformadora, porque aposta nos valores humanos/evangélicos, no valor da postura comunitária e inclusiva.

Contudo, é de fácil percepção, por exemplo, que as escolas confessionais não se eximiram da oferta de uma proposta curricular inovadora, realizando a implantação de Itinerários Formativos que exigem uma prática docente ressignificada. Basta olhar as redes sociais das instituições de ensino de caráter religioso para verificar fartos exemplos que ilustram aulas práticas; intenso uso dos laboratórios de ciências biológicas; produções de materiais digitais; robótica e cultura *maker*, entre muitas outras ações nas quais se observa, de forma clara, o protagonismo de nosso corpo docente e discente e, sobretudo, a promoção de uma cultura da solidariedade e da paz.

Referências

BECK, U. *La sociedad del riesgo*. Hacia una nueva modernidad. Madrid: Surcos, 2006.

BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

BRUNI, L. *Educação e Incerteza: Reflexões sobre o Dogmatismo*. Instituto Humanitas Unisinos, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/573270>. Acesso em: 15 ago. 2024.

COUTO, Mia. Terra Sonâmbula. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

FAVRE, D. *Éduquer à l'incertitude - Élèves, enseignants : comment sortir du piège du dogmatisme ?* YouTube, 2017. Disponível em: <https://youtu.be/cxE0mE6Lyv0>. Acesso em: 21 jul. 2024.

FRANCISCO. Mensagem para o lançamento do pacto educativo global. In: DICASTÉRIO PARA A CULTURA E A EDUCAÇÃO. *Educação entre a crise e a esperança: diretrizes para o pacto educativo global*. Dicastério para Cultura e Educação. PUCPRESS, Curitiba, 2023.

FRANCISCO. Mensagem em vídeo do Papa Francisco por ocasião do Encontro organizado pela Congregação para a Educação Católica: "Global Compact on Education. Together to look beyond". Vaticano, 15 out. 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/papa-francesco_20201015_videomessaggio-global-compact.html. Acesso em: 02 fev. 2024.

FRANCISCO. Mensagem em vídeo do Papa Francisco por ocasião do Congresso Mundial da OIEC. Vaticano, 8 jun. 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2019/documents/papa-francesco_20190608_videomessaggio-oiec.html. Acesso em: 15 ago. 2024.

FRANCISCO, Papa. Mensagem aos participantes da reunião "religiões e educação: rumo a um Pacto educativo global. In: Educação entre a crise e a esperança: diretrizes para o pacto educativo global. Dicastério para Cultura e Educação. PUCPRESS, Curitiba, 2023.

GARCIA PAREDES. J. C. R. *É possível outra comunidade sob a liderança do Espírito*. Prior Velho: Paulinas, 2018.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 a.

MORIN, E. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre - RS: Sulina, 2006b.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo - SP: Cortez, 2003.

MORIN, E. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

PASSOS, J. D. *Método teológico*. São Paulo: Paulinas, 2018.

PASSOS, J. D. *Obstáculos à sinodalidade: entre a preservação e a renovação*. São Paulo: Paulinas, 2023.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja (CDSI)*. Tradução CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005.

PRADO, A. *Manuscritos de Felipa*. São Paulo: Siciliano, 1999.

STEIN, E. *La struttura della persona umana*. Roma: Città Nuova, 2000.

TAMAYO, J. J. *Teologías del sur: el giro descolonizador*. Madrid: Editorial Trotta, 2017.

TENÓRIO, R. M. *Lógica clássica: um problema de identidade*. *Sitientibus*, Feira de Santana, v. 11, p. 15–19. 1993.

TRIAS, E. *La lógica del límite*. Barcelona: Editorial destino, 1991.

RECEBIDO: 22/07/2024

RECEIVED: 07/22/2024

APROVADO: 15/08/2024

APPROVED: 08/15/2024